

Diário do Legislativo de 01/12/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATA

2.1 - Reunião de Comissão

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.572

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Anivaldo Coelho, a vigorar a partir de 1º/12/98, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.149, de 2/2/95, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo	AL-34
Supervisor de Gabinete	AL-25
Secretário de Gabinete	AL-18

Auxiliar de Gabinete	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Motorista	AL-10
Motorista	AL-10
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de novembro de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz.

ATA

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 120 dias, apurar a entrada de medicamentos falsos na rede hospitalar pública e privada, bem como a comercialização dos mesmos

Às quatorze horas e quinze minutos do dia dez de novembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Wilson Pires, Adelmo Carneiro Leão, Jorge Eduardo de Oliveira, Isabel do Nascimento (substituindo esta ao Deputado Sebastião Helvécio, por indicação da Liderança do Bloco Social Progressista) e João Batista de Oliveira (substituindo o Deputado Alencar da Silveira Júnior, por indicação da Liderança do Bloco Social Trabalhista), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wilson Pires, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão. O Presidente solicita ao Deputado Adelmo Carneiro Leão que faça a leitura do ofício encaminhado pela Sra. Tereza Cristina Machado de Castro, solicitando dispensa da intimação. A Presidência informa que a finalidade da reunião é ouvir os seguintes convidados: Dr. Antônio Coelho Neto, Diretor do Hospital Miguel Couto; Sras. Maria Hely Rosa de Castro e Tereza Cristina Machado de Castro, proprietárias da Drogaria Dinâmica; Srs. João Moraes Marcellini, Giana Marcellini e Irineu Marcellini Neto, proprietários do Laboratório Hypofarma, no Município de Ribeirão das Neves; Sr. Paulo Gonçalves Belo, proprietário da Drogaria Americana, no Município de Ipatinga; Srs. Luiz Carlos Campos Rezende e Rodrigo Augusto da Silva Ferreira, ex-proprietários da Acess Distribuidora Ltda.; e o Sr. Rafael Ornelas Machado, testemunha da alteração contratual da Distribuidora Acess Ltda. A Presidência presta esclarecimentos sobre alguns pontos referentes às Comissões Parlamentares de Inquérito, e passa-se a ouvir o depoimento do Dr. Antônio Coelho Neto, Diretor do Hospital Miguel Couto, que, em seguida, é inquirido pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Jorge Eduardo de Oliveira. A Presidência agradece a colaboração do convidado, coloca-o à vontade para se retirar e suspende a reunião para que dê entrada na sala a convidada seguinte: Sra. Maria Hely Rosa de Castro, proprietária da Drogaria Dinâmica, uma vez que a outra proprietária, Sra. Tereza Cristina Machado de Castro, não compareceu, conforme o ofício lido. Neste momento, registra-se a chegada do Deputado Carlos Pimenta, que assume suas funções. Após seu depoimento, a Sra. Maria Hely Rosa de Castro é questionada pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Wilson Pires, Jorge Eduardo de Oliveira e Isabel do Nascimento. A Presidência coloca-a à vontade para se retirar e solicita que dêem entrada na sala os seguintes convidados: Srs. João Moraes Marcellini, Giana Marcellini e Irineu Marcellini Neto, proprietários do Laboratório Hypofarma Ltda. São prestados esclarecimentos referentes ao funcionamento das CPIs. Nesse momento, o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira se ausenta, e o Deputado Antônio Roberto assume suas funções. O Presidente passa a palavra aos convidados, cada um por sua vez; inicialmente, eles se identificam e, em seguida, são inquiridos pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Wilson Pires e Antônio Roberto. Não havendo mais perguntas a serem feitas aos convidados, o Presidente agradece a sua colaboração e os dispensa. O convidado seguinte é o Sr. Paulo Gonçalves Belo, que, após informar sua qualificação, é inquirido pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Roberto e Isabel do Nascimento. O Presidente agradece a sua colaboração e o dispensa. Por último, a Presidência determina a entrada dos seguintes convidados: Luiz Carlos Campos Rezende e Rodrigo Augusto da Silva Ferreira, ex-proprietários da Acess Distribuidora. São prestados esclarecimentos referentes ao funcionamento das CPIs. O Presidente passa a palavra aos convidados, cada um por sua vez; eles se identificam e, em seguida, são inquiridos pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Roberto e Isabel do Nascimento. Não havendo mais perguntas a serem feitas aos convidados, o Presidente agradece a sua colaboração e os dispensa. Registra-se, ainda, o não-comparecimento do Sr. Rafael Ornelas Machado, testemunha da alteração contratual da Acess Distribuidora. O conteúdo da reunião consta, na íntegra, nas notas taquigráficas. O Presidente indaga se há alguma proposição a ser apresentada. O Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimento, solicitando seja prorrogado por mais 30 dias o prazo de funcionamento desta Comissão. Colocado em votação, o requerimento é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1998.

Wilson Pires, Presidente - Isabel do Nascimento - Jorge Eduardo de Oliveira - Marcos Helênio.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 424ª reunião ordinária, em 1º/12/98

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dá nova redação ao parágrafo XI do art. 39 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 49/97, do Deputado Ermano Batista, que acrescenta alínea "e" ao inciso III do art. 36 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51/98, do Deputado Ermano Batista, que altera o art. 45 da Constituição Estadual. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Carlos Pimenta opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/98, do Deputado Romeu Queiroz, que altera os artigos 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição mineira e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispondo, sobre a destinação de recursos para o cumprimento de propostas priorizadas em audiências públicas regionais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/98, do Deputado Gilmar Machado, que acrescenta parágrafo ao art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.290/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao art. 74 da Lei nº 11.406, de 28/1/94. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.332/97, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a apreensão de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.423/97, da Deputada Maria José Hauelsen, que proíbe a exigência e a divulgação de requisitos discriminatórios em editais ou anúncios publicitários de chamamento para concursos e seleção de pessoal. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.465/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre medidas educativas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência, o uso de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.479/97, do Deputado José Bonifácio, que dispõe sobre a compra de mobiliário pelos órgãos e entidades da administração pública estadual. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 1 e 2.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.485/97, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que especifica ao Município de Divinópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.584/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que cria a campanha estadual de prevenção de acidente doméstico. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Foi apresentado ao projeto o Substitutivo nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.597/98, da Deputada Maria José Hauelsen, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.617/98, do Deputado Jorge Hannas, que torna obrigatória o hasteamento da Bandeira Nacional e da execução do Hino Nacional nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Educação opina pela rejeição do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.631/98, do Deputado Antônio Júlio, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.645/98, do deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/97, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação. Foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 1 e 2.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.707/98, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre expedição de documento de transferência escolar nas escolas públicas estaduais. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.859/98, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial opina pela aprovação do projeto.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.259/97, do Deputado José Militão, que acrescenta parágrafo único ao art. 24 da Lei nº 9.380, de 18/12/86. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.241/97, do Deputado Aílton Vilela, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Três Corações. A Comissão de

Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.808/98, do Deputado Pérciles Ferreira, que altera a redação de dispositivo da Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, ficando prejudicado o Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.914/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.940/98, do Deputado Ivair Nogueira, que estabelece normas para concursos públicos realizados pelo Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto e pela rejeição das Emendas nº 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.381/97, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza a reversão ao domínio do Município de Poço Fundo do imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.441/97, do Deputado Marcos Helênio, que determina a inclusão do ensino de informática nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º graus. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.761/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Astolfo Dutra. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.799/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Formiga para o fim que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 1º/12/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.179/97, do Deputado Gil Pereira; 1.801/98, do Deputado Bené Guedes; 1.804/98, do Deputado Anderson Aduato.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.665/98, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.817/98, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 2/12/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.847/98, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.462/97, do Deputado Anderson Aduato; 1.621/98, do Deputado Ivair Nogueira; 1.708 e 1.814/98, do Deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.730/98, do Deputado Ibrahim Jacob; 2.732/98, do Deputado Ambrósio Pinto.

Convidados: Sra. Maria de Lourdes Carvalho, Superintendente da Administração de Pessoal da SEE-MG, e Sr. Antônio Carlos Hilário, Coordenador do Sind-UTE, que discutirão sobre as decisões normativas da Secretaria da Educação para o ano de 1999, principalmente no que se refere ao seu quadro de pessoal.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 2/12/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 38/98, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Projetos de Lei nºs 1.905/98, do Deputado Durval Ângelo; 1.960/98, do Governador do Estado; 1.963/98, do Deputado Romeu Queiroz; 1.67/95, do Deputado Ronaldo Vasconcelos; 676/96, do Deputado Sebastião Costa; 1.921/98, do Deputado Miguel Martini; 1.942/98, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; 1.951/98, do Procurador-Geral de Justiça; 1.980/98, do Deputado José Militão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.866/98, do Deputado Ajalmar Silva; 1.919/98, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.948/98, do Deputado José Maria Barros; 1.961/98, do Deputado Gilmar Machado; 1.966/98, do Deputado Paulo Schettino; 1.967/98, do Deputado Antônio Andrade.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 2/12/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 104ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 2/12/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 34/98, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; Projetos de Lei nºs 1.913 e 1.847/98, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 571/95, do Deputado Arnaldo Penna; 1.654/98, do Deputado Marcos Helênio; 1.673/98, do Deputado Gilmar Machado; 1.701/98, da CPI do IPSEMG; 1.762/98, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 2/12/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.384/97, do Deputado Baldonado Napoleão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 2/12/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.640/98, do Deputado Marcos Helênio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, item XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 1º de dezembro de 1998, destinada à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dá nova redação ao parágrafo XI do art. 39 da Constituição do Estado; 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição Estadual; 49/97, do Deputado Ermano Batista, que acrescenta a alínea "e" ao inciso III do art. 36 da Constituição Estadual; 51/98, do Deputado Ermano Batista, que altera o art. 45 da Constituição Estadual; 53/98, do Deputado Romeu Queiroz, que altera os arts. 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição mineira e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispondo, sobre a destinação de recursos para o cumprimento de propostas prioritizadas em audiências públicas regionais e dá outras providências; e 54/98, do Deputado Gilmar Machado, que acrescenta parágrafo ao art. 34 da Constituição do Estado; dos Projetos de Lei nºs 1.290/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao art. 74 da Lei nº 11.406, de 28/1/94; 1.332/97, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a apreensão de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências; 1.423/97, da Deputada Maria José Hauelsen, que proíbe a exigência e a divulgação de requisitos discriminatórios em editais ou anúncios publicitários de chamamento para concursos e seleção de pessoal; 1.465/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre medidas educativas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência, o uso de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências; 1.479/97, do Deputado José Bonifácio, que dispõe sobre a compra de mobiliário pelos órgãos e entidades da administração pública estadual; 1.485/97, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que especifica ao Município de Divinópolis; 1.584/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que cria a Campanha Estadual de Prevenção de Acidentes Domésticos; 1.597/98, da Deputada Maria José Hauelsen, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; 1.617/98, do Deputado Jorge Hannas, que torna obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional e a execução do Hino Nacional nas escolas públicas do Estado; 1.631/98, do Deputado Antônio Júlio, que dispõe sobre a quitação de créditos tributários com precatórios e dá outras providências; 1.645/98, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/97, que dispõe sobre o IPVA e dá outras providências; 1.707/98, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre expedição de documento de transferência escolar nas escolas públicas; 1.259/97, do Deputado José Militão, que acrescenta parágrafo único ao art. 24 da Lei nº 9.380, de 18/12/86; 1.241/97, do Deputado Aílton Vilela, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Três Corações; 1.808/98, do Deputado Péricles Ferreira, que altera a redação de dispositivo da Lei nº 6.763, de 26/12/75; 1.914/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte; 1.940/98, do Deputado Ivair Nogueira, que estabelece normas para concursos públicos realizados pelo Estado de Minas Gerais; 1.381/97, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza ao domínio do Município de Poço Fundo do imóvel que menciona; 1.441/97, do Deputado Marcos Helênio, que determina a inclusão do ensino de informática nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º graus; 1.761/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Astolfo Dutra; e 1.799/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Formiga para o fim que menciona; e do Projeto de Resolução nº 1.859/98, da Comissão de Agropecuária, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 30 de novembro de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Helvécio, Antônio Roberto, Durval Ângelo, José Braga, Mauri Torres e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/12/98, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvir o Prof. Aluísio Pimenta, Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais, que irá prestar esclarecimentos para subsidiar a apreciação do Projeto de Lei nº 1.901/98, e de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 184/95, do Deputado Ajalmar Silva; 749/96 e 1.780/98, do Deputado Romeu Queiroz; 1.535/97, do Deputado Glycon Terra Pinto; 1.596/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.662/98, do Deputado Miguel Martini; 1.699/98, da CPI do IPSEMG; 1.781/98, do Deputado Miguel Barbosa; 1.810, 1.820, 1.871, 1.874 e 1.901/98 do Governador do Estado; 1.828/98, da Procuradoria-Geral de Justiça; e os Requerimentos nºs 2.690/98, do Deputado Miguel Martini, e 2.710/98, do Deputado Carlos Pimenta.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 1998.

Kemil Kumaira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Durval Ângelo, João Batista de Oliveira e Tarcísio Henriques, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/12/98, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.424 e 1.470/97 e os Requerimentos nºs 2.723, 2.736, 2.738 e 2.739/98 e de se ouvirem representantes de entidades públicas e privadas, que irão discutir questões relativas à segurança dos taxistas desta Capital, em virtude do grande número de assaltos ocorridos, e a relação contratual existente entre motoristas e proprietários de placas de táxi.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 1998.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 60/98

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Olinto Godinho, Alencar da Silveira Júnior, Gilmar Machado, Luiz Fernando Faria e Marcos Helênio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/12/98, às 15h15min, no Plenarinho II, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator, Deputado Marcos Helênio, para o 1º turno.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 1998.

Aílton Vilela, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Antônio Andrade, Arnaldo Penna, Ibrahim Jacob, Marcos Helênio e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Administração Pública; Sebastião Helvécio, Antônio Roberto, Durval Ângelo, José Braga, Mauri Torres e Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 2/12/98, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.963/98, do Deputado Romeu Queiroz, que cria serventias do foro extrajudicial no Distrito de Nova Contagem e Retiro, no Município de Contagem.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 1998.

Kemil Kumaira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58/98

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Andrade, Sebastião Navarro Vieira, Alencar da Silveira Júnior e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/12/98, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, no 1º turno, o parecer do relator, Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 1998.

José Bonifácio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.467/97

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.467/97, da Deputada Maria Olívia, tem como objetivo instituir a obrigatoriedade de identificação da empresa proprietária dos veículos de transporte de carga licenciados no Estado.

Cumpridas as formalidades regimentais, o referido projeto mereceu exame da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, tendo sido o parecer rejeitado pelo Plenário.

A requerimento do Deputado Marcos Helênio aprovado em 23/4/98, a matéria foi distribuída a esta Comissão para, nos termos dos arts. 188, c/c o art. 102, XII, "b", do Regimento Interno, sobre ela emitir seu parecer.

Fundamentação

O projeto de lei em foco dispõe, em seu art. 1º, que as empresas de transporte de cargas afixarão, obrigatoriamente, na parte traseira dos veículos de sua propriedade, a inscrição "Como estou dirigindo?", acompanhada da identificação do proprietário, de seu endereço e telefone para contato.

O autor argumenta que qualquer cidadão, ao perceber que um desses veículos está sendo conduzido de forma irresponsável, deve poder, com os dados afixados no próprio veículo, denunciar o fato a quem de direito.

Sabemos todos dos riscos a que ficam expostos aqueles que se servem de nossas rodovias, já ultrapassadas em seu traçado e com excesso de tráfego, sem falar no péssimo estado de conservação em que estão.

A esse quadro preocupante, soma-se a forma quase insana pela qual centenas de caminhoneiros conduzem seus veículos. Por excesso de velocidade, manobras e ultrapassagens arriscadas, eles são responsáveis por um elevado número de acidentes, alguns, infelizmente, com vítimas fatais.

Dessa forma, a proposição visa a fornecer uma ferramenta que auxilia a ação dos proprietários de empresas, permitindo-lhes excluir de seus quadros e retirar das vias públicas os maus motoristas. Assim, o projeto de lei expõe uma forma de adotar medidas de caráter educativo, voltado que é para a prevenção de acidentes.

A Constituição da República apregoa, em seu art. 22, XI, que a competência para legislar sobre trânsito e transporte é privativa da União, mas os Estados e municípios podem estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito, já que se trata de uma competência comum a esses entes federativos e à União (Constituição Federal, art. 23, XII, e Constituição Estadual, art. 11, XII).

Entretanto, havemos de considerar que, desde janeiro último, está em vigor a Lei nº 9.503, de 23/3/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB. Este estabelece como órgão máximo normativo coordenador do Sistema Nacional de Trânsito o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN - (art. 7º, I), ao qual compete, entre outras atribuições, estabelecer as normas regulamentadoras do código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito, bem como normatizar os procedimentos sobre aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, registro e licenciamento de veículos (art. 12, I e X).

Entre outras considerações, o novo Código de Trânsito Brasileiro dispõe, ainda, que cabe aos Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRANs -, como órgãos normativos, consultivos e coordenadores do Sistema Nacional de Trânsito (art. 7º, II), elaborar normas e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito (art. 14, II e IV).

Acresça-se, ainda, que o mesmo código dispõe, em seu art. 231, XV, que é considerada falta grave, a ser punida com multa e retenção do veículo, a presença de inscrições, adesivos, legendas e símbolo de caráter publicitário afixados ou pintados no pára-brisa e em toda a extensão da parte traseira do veículo.

Depreende-se, pois, que, a partir da vigência do CTB, e em decorrência da ampliação das competências do CONTRAN como órgão máximo normativo e coordenador de todo o Sistema Nacional de Trânsito, os Estados sofreram uma drástica redução em suas competências para legislar sobre questão de trânsito.

Assim, embora a proposição seja meritória, pertinente e revestida da melhor das intenções, qual seja a de conscientizar e educar o cidadão que conduz veículos de cargas, é conflitante com a legislação federal e, mesmo que fosse transformada em lei, seria inócua, pois não cabe ao Estado legislar sobre essa matéria e, conseqüentemente, aplicar penalidade.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.467/97.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1998.

Álvaro Antônio, Presidente - Mauro Lobo, relator - Djalma Diniz.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 1.727/98

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.727/98, de autoria da maioria dos Deputados Estaduais, tendo como primeiro signatário o Deputado Raul Lima Neto, objetiva regulamentar, no Estado, o uso dos serviços de telefonia de prefixos 900 e 0900.

No 1º turno, a proposição foi aprovada em sua forma original.

Cabe, agora, a esta Comissão analisar a proposição no 2º turno, no âmbito de sua competência.

Fundamentação

Conforme manifestado anteriormente por esta Comissão, o projeto de lei que ora se examina estabelece, em seu art. 1º, que os serviços de telefonia de prefixos 900 e 0900 serão prestados gratuitamente pela companhia telefônica responsável, a não ser que o usuário libere seu aparelho para tal acesso, mediante prévia autorização, apresentada por escrito à companhia.

Quase sempre, os mencionados serviços são utilizados às escondidas por menores, empregados e funcionários, enfim, toda sorte de pessoas não autorizadas pelo titular da linha telefônica, que se vê, ao final do mês, surpreendido por contas telefônicas de valores exorbitantes.

Há de se ressaltar que os serviços prestados por meio das linhas 900 não se incluem entre os serviços públicos de telefonia definidos em lei. Os seus preços são estabelecidos pelas empresas fornecedoras, não se pautando pelos critérios legais de ocupação da linha e da distância das estações. Constitui, dessa forma, uma prática lesiva ao consumidor, adotada abusiva e indiscriminadamente pelas prestadoras de serviços, já que não existe uma regulamentação específica para o caso.

Dá se infere a pertinência e a importância da proposição, que, ao disciplinar a oferta desses serviços excepcionais, preenche uma lacuna no nosso ordenamento jurídico, fazendo respeitarem-se os direitos básicos do cidadão, quer como consumidor, quer como chefe de família.

Conclusão

Diante do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.727/98 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1998.

Álvaro Antônio, Presidente - Djalma Diniz, relator - Mauro Lobo.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 30/11/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.149, de 1995, 1.528, 1.529 e 1.572, de 1998, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Anivaldo Coelho

exonerando, a partir de 1º/12/98, Adirce Maria Santos do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

exonerando, a partir de 1º/12/98, Iusifith Chafith Felipe do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

exonerando, a partir de 1º/12/98, José Guilherme dos Santos Castro do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

exonerando, a partir de 1º/12/98, Maria Fátima de Jesus Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando, a partir de 1º/12/98, Tarcísio Martins do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Adirce Maria Santos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39;

nomeando Maria Fátima de Jesus Silva para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25.

Gabinete do Deputado Mauro Lobo

exonerando, a partir de 1º/12/98, Luís Antônio Ottoni Lelo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

nomeando Adriano Medeiros Gomes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete padrão AL-10.

Gabinete do Deputado Ronaldo Vasconcellos

exonerando, a partir de 1º/12/98, Francisco Eugênio de Oliveira Teixeira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

nomeando Natália Silva Soares de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, e 1.522, de 4/3/98, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 1º/12/98, Anaximandro Lourenço Azevedo Feres do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do PSDB;

nomeando Jaques Alberto Lage para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do PSDB.